

















Mada é tão valoroso como o conhecimento que se compartilha. O ser humano vive em função dos desapios que a vida lhe apresenta 55 Lindinalva

Coordenação Geral Lindinalva Rodrigues Dalla Costa

Coordenação técnica Rosa Maria Morceli





Trata-se de um projeto de educação cívica e jurídica popular, efetivado por meio de um curso gratuito de formação (capacitação), realizado uma vez por semana, para mulheres interessadas em adquirir informações práticas e teóricas sobre inúmeros temas de grande relevância social, desenvolvendo uma consciência crítica e reflexiva, com o objetivo de repassar os conhecimentos para outras pessoas da comunidade em que vive.

O projeto possui traços dos ideais de justiça, democracia e dignidade, a defesa dos direitos humanos e a construção de relações igualitárias e justas, possibilitando a criação de novos espaços de união e articulação que abrem caminhos e rompem barreiras contra a discriminação, violência e a opressão, principalmente das mulheres,

O curso possui duração de 06 meses, e acontecerá aos sábados, no período da tarde, por quatro horas, com intervalo e lanche, contando com oito módulos, onde especialistas das mais diversas áreas darão aulas e facilitarão debates e oficinas sobre os mais variados temas.

Após a conclusão do curso os realizadores farão a cerimônia de formatura das "Promotoras Legais Populares", cada participante receberá um diploma e os conhecimentos adquiridos as tornam aptas para o reconhecimento das situações de violência e violação de direitos, passando a atuar nas comunidades transferindo esses conhecimentos.





TEMAS ABORDADOS NO CURSO



MÓDULO 01 – QUEM SOU EU?

- Autoconhecimento, identidade biográfica, sonhos e perspectivas futuras;
- Aspectos históricos e culturais da opressão feminina, gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Valores humanos, ética e etiqueta social.

MÓDULO 02 – DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Direitos Humanos: Histórico e atualidade:
- A Constituição Federal e os direitos fundamentais;
- Organização do Estado e da Justiça; atribuições e deveres dos Poderes, órgãos e instituições.

MÓDULO 03 – GARANTIA DE DIREITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES E NA ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- -Família, amigos e religião;
- Educação, bullying e funcionamento de escolas e universidades:
- Direito de Família (divórcio, alimentos, guarda, regulamentação de visitas, pensão alimentícia, separação de corpos);
- -Estatuto da Criança e do Adolescente;
- -Estatuto do Idoso;
- Drogas, álcool e relações familiares.

MÓDULO 04 – MEIO AMBIENTE - Meio ambiente, relações de consumo e cidadania;

- Consciência ambiental: Respeito às futuras gerações;
- Transformando o cotidiano. Qual a minha responsabilidade nesta história?
- Conhecendo a cidade (pontos turísticos, históricos e de lazer e recreação gratuitos).

MÓDULO 05 – GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

- Identificação das formas de violência contra a mulher, Lei Maria da Penha e encaminhamento de vítimas e denúncias;
- Noções básicas de direito penal;
- Conhecendo o funcionamento teórico e prático dos Juizados Especiais. Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas, Delegacias de Polícia e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Crimes sexuais e aborto legal;
- Conselho tutelar e adoção;
- Sistema prisional/mulheres e tráfico de drogas.

MÓDULO 06 – PROTEÇÃO DA SAÚDE E GARANTIA DOS DIREITOS REPRODUTIVOS FEMININOS

- Corpo e sexualidade;
- Planejamento familiar e esterilização;
- Primeiros socorros:
- Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS;
- Leis sobre a saúde da mulher e Mortalidade materna:
- Conhecendo o funcionamento teórico e prático do SUS, dos CRAS, CREAS, Postos de Saúde, Prontos Socorros e Hospitais Públicos;
- Aposentadoria e benefícios sociais.





Sendo um curso de educação popular, que acolhe mulheres de origens diversas e com distintos graus de escolaridade, a metodologia visa alcançar o interesse de todas as participantes, com trocas de experiências por meio de rodas de conversa, atividades culturais, dinâmicas em grupo, lanches pedagógicos e oficinas de participação. Outra característica peculiar são as visitas externas a delegacias, Ministério Público e Poder Judiciário, Poder Legislativo e outros, buscando captar a experiência prática das participantes com os serviços públicos em geral. Possui caráter interdisciplinar e reflexivo, em que se pretende passar conhecimento de diferentes formas, principalmente embasada em uma postura de conversação e na troca de experiências entre o grupo e os facilitadores, de forma que cada participante se veja como sujeito social construtor do aprendizado, formando sua autonomia por meio do diálogo constante.

A ORIGEM DO PROJETO

O curso de formação de Promotoras Legais Populares surgiu no Brasil em razão da insatisfação de algumas mulheres com as dificuldades decorrentes da violência doméstica, de acesso à justiça e a outros serviços públicos, sendo uma iniciativa já consolidada em países como Peru, Argentina e Chile.

A THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e o CLADEM - Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher formularam projetos para a implementação do curso de formação de Promotoras Legais Populares em Porto Alegre, onde foi desenvolvido pela primeira vez em 1994, seguida pela União de Mulheres de São Paulo.

Atualmente, há 24 entidades que promovem cursos de capacitação para Promotoras Legais Populares no país, em doze Unidades da Federação.

O projeto Promotoras Legais Populares de Mato Grosso foi inspirado no projeto original, com modificações específicas de conteúdo e formato introduzidas pelas coordenadoras, visando melhor atender as peculiaridades e necessidades regionais.



O QUE EU GANHO SENDO UMA O QUE EU GANHO SENDO UMA PROMOTORA LEGAL POPULAR? PROMOTORA LEGAL POPULAR?

Sendo uma promotora, a mulher ganha inúmeras vantagens pessoais, profissionais e sociais usufruindo da oportunidade singular de adquirir conhecimentos valorosos de autoridades e profissionais gabaritados e de renome, que trarão benefícios para o seu próprio cotidiano e daqueles com quem convive.

As informações adquiridas poderão facilitar a busca por direitos capazes de mudar e melhorar e vida de todos os integrantes da comunidade, além de desenvolver uma consciência crítica e reflexiva que a beneficiará em diversos aspectos.

A "Promotora Legal Popular" não receberá nenhuma remuneração e não terá vinculo empregatício/laboral com qualquer um dos realizadores do curso, tratando-se de um trabalho totalmente voluntário.

APÓS A CAPACITAÇÃO, QUE TIPOS DE ATIVIDADES AS VOLUNTÁRIAS PODERÃO DESENVOLVER?

Através da atuação política e educativa comunitária, as Promotoras Legais Populares são profissionais com desejo de transformar suas vidas e a realidade social em que vivem, praticando um exercício de controle social com poder político informal, militando na defesa, prevenção e promoção dos Direitos Humanos. As Promotoras Legais podem atuar em suas comunidades enquanto multiplicadoras de informações, realizar oficinas comunitárias, palestras, atividades de divulgação de

informações, atuar em Conselhos da

Mulher, de Saúde, fóruns e redes, tudo

de acordo com o trabalho e aptidão

O nome Promotoras Legais Populares é usado em diferentes países e significa mulheres que trabalham a favor dos segmentos populares com legitimidade e justiça no combate diário à discriminação, violência e violação de direitos , principalmente promovendo a função instrumental do Direito na vida do dia a dia das mulheres.

desenvolvidos por elas.



